

Jaguaribe faz diagnóstico de crises: do Brasil à PUC

Um dos que vão apreensivos para a convenção do PMDB em agosto é Hélio Jaguaribe, 65, formado em 1946 pela Faculdade de Direito da PUC. Desde os tempos do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb), ele sempre tentou levar aos homens poderosos com que conviveu a sua perspicaz análise científica da sociedade. Suas lições nem sempre foram compreendidas. Recentemente foi o autor do Plano dos Cem Dias para o Governo Moreira Franco. Na casa onde funciona o Instituto de Estudos Políticos e Sociais (Iesp), Hélio Jaguaribe falou das crises que conhecemos bem: crise no PMDB, crise no Rio de Janeiro, crise do ensino universitário e, claro, crise na PUC.

Jornal da PUC — Já se disse que o senhor era um dos alunos mais ativos da Faculdade de Direito. Que tipo de atuação era essa?

Hélio Jaguaribe — Naquele contexto a temática política era a superação do Estado Novo, a vontade de voltarmos à democracia. A temática cultural era a compreensão de um mundo moderno, a partir das formulações teóricas que a Universidade nos oferecia, que eram marcadamente obsoletas, apesar das excelentes qualidades humanas dos nossos professores. Embora a direção da PUC tivesse uma filosofia fechada, eles aceitavam com extraordinário *fair-play* as nossas contestações. Confesso que tenho saudade.

JP — A PUC hoje vive em permanente crise. O senhor acha que a conta da PUC deve ser enviada para o Vaticano, como sugeriu em artigo o Reitor da UFRJ Horácio Macedo?

Hélio Jaguaribe — A condição de Reitor não merece o qualificativo que eu daria a esta afirmação, que é de ateísmo barato. Eu, que me considero um ateu caro, acho que diante de uma universidade — a PUC —, que é uma das três melhores do País, ao lado da USP e da Unicamp, o Governo só tem duas alternativas. A primeira seria encarar a PUC como uma universidade pública de direito privado que, dado o nível de sua excelência, deve receber do setor público o mesmo apoio dispensado às universidades públicas, com uma substancial e generosa contribuição do Ministério da Educação. Esta é a atitude que eu considero inteligente. A segunda alternativa seria o setor público não colaborar, aceitando, neste caso, que a PUC custeie a sua excelência através das matrículas que ficarão bem mais caras.

JP — Não é só a PUC que está em crise. O declínio do ensino superior seria decorrente de um mau ensino dos primeiro e segundo graus?

Hélio Jaguaribe — Isto é óbvio. Não obstante, eu diria que a maior responsabilidade por esse declínio é do corpo docente, mais do que do discente. A Universidade hoje está acomodada por uma mediocridade gigantesca, de interesses sindicalizados que têm muito a ver com salário e quase nada com a cultura.

JP — O Iesp tenta preencher uma lacuna deixada pelo Iseb?

Hélio Jaguaribe — Há diferenças. O nosso Instituto de hoje se caracteriza por não ter ideologia no sentido barato do termo, e o Iseb tinha alguma. O Iesp tem uma visão social-democrática da sociedade. A partir daí ele é extremamente empírico. Estamos concluindo a segunda etapa de um projeto para um novo pacto social, que tem por objetivo fazer com que, até o fim do século, a população brasileira seja conduzida a um nível de bem-estar comparável ao que hoje existe no Sul da Europa.

JP — O senhor escreveu um artigo para o "Jornal do Brasil" em que afirmava que o Brasil sofre de uma crise conjuntural montada sobre uma crise estrutural. Agora que o Presidente assegurou seus cinco anos, o Brasil está mais próximo do consenso ou do caos?

Hélio Jaguaribe — Se este ano for marcado pela esterilidade de resultados, o País vai perder mais um ano. Mas, se o Presidente Sarney, valendo-se de que agora seu poder está definido, der uma arrancada final, pode ser favorável. Recio que não, mas espero que sim. Vamos ver

como ele justifica o ano que ganhou.

JP — E o Estado do Rio de Janeiro, como se situa neste contexto?

Hélio Jaguaribe — O Estado está péssimo. Nos últimos quinze anos afliu para o Rio uma grande corrente migratória e não foi proporcionado emprego para essas pessoas. Por outro lado, tendo participado da elaboração das bases iniciais do Governo de Moreira Franco, pude constatar como foi devastadora a atuação do Governador Brizola. Todo o dinheiro que o Estado arrecadou foi mobilizado para lançar a grande imagem de Brizola na Federação.

JP — E até que ponto está sendo cumprido o plano feito para Moreira?

Hélio Jaguaribe — Dentro das linhas do plano de campanha, fizemos a programação dos primeiros

Mércia Kaskus



Hélio Jaguaribe formou-se em 1946

cem dias, com as prioridades imediatas e ele as cumpriu. Mas o Governo se iniciou sobre a expectativa de promessas formais em que o Governo Federal garantia os recursos necessários para a superação dos nossos problemas. Como o Governador defendeu os quatro anos e diretas-já, a administração federal começou a não dar o dinheiro, de modo que esses primeiros anos são anos de baixo rendimento.

JP — A promessa de acabar em seis meses com a violência no Rio foi um dos principais suportes da campanha de Moreira Franco em 86. Mas isso não aconteceu. Como o senhor encara esta situação?

Hélio Jaguaribe — Bem, eu achei extremamente temerária essa promessa. O grupo que fez o plano do governo se deu conta de que um dos problemas de recuperação a curto prazo mais difícil é o da criminalidade. O aparelho da Lei é extremamente débil e o do crime é muito poderoso. Essa foi uma idéia romântica que o Governador adotou porque estava com a paixão de fazer isso. Mas creio que até o fim de seu governo o problema estará equacionado.

JP — E as conversações sobre a criação de um novo partido?

Hélio Jaguaribe — São conversações com homens de muito boa qualidade, como Franco Montoro, Fernando Henrique Cardoso, José Richa e Mário Covas, que se incompatibilizaram com o PMDB, que se tornou um repositório escandaloso de fisiologia. Este partido como está não serve para nada. Há uma possibilidade de reforma, o Governador Moreira Franco está mais otimista. Eu acho que a maioria que de fato controla o PMDB é de políticos de clientela, sem qualquer ideal. Num quadro desses, compreende-se que se crie um novo partido. Mas isso vai depender da convenção do PMDB em agosto. Eu creio que nós devemos ir para essa convenção com um projeto de vitória e outro de derrota. Se a proposta dos renovadores for aceita, o partido terá voltado a ser o que era nos bons tempos do MDB. Caso contrário, se ganhar a fisiologia, então o partido de Montoro estaria preparado para receber essa dissidência e se tornaria rapidamente o partido de maior capacidade de fazer o próximo Presidente da República.